

## INFÂNCIA INTERROMPIDA

# Falta proteção às vítimas

Governo aponta falha dos municípios no combate ao abuso sexual contra crianças

JUSSARA SOARES

jussara.soares@diariosp.com.br

► Vítimas da violência sexual ainda não contam com uma rede de proteção adequada no estado de São Paulo. A própria Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social admite que a maioria dos municípios não tem uma estratégia de trabalho para enfrentar o abuso de crianças e adolescentes. Para isso, o governo promete lançar até o fim do ano um guia para ajudar as cidades a criarem planos de combate ao crime de acordo com as características locais.

Após a publicação, nesta semana, da série de reportagens “Infância interrompida”, especialistas ouvidos pelo DIÁRIO apontam falhas na rede de proteção. E afirmam que a deficiência do atendimento à criança já traumatizada pelo abuso faz ela ser vítima novamente.

“São raros os municípios que têm uma atuação local de enfrentamento à violência sexual. A maioria copia o plano nacional”, observa Itamar Gonçalves, coordenador do Instituto Childhood Brasil, ligado à World Childhood Foundation (WCF), entidade criada pela rainha Silvia, da Suécia.



EDILSON DANTAS/11-02-2009

**MENINA** vítima de abuso sexual: falta um programa no estado para proteger as crianças

O promotor Lélcio Ferraz de Siqueira Neto, coordenador da área da Infância e Juventude do Ministério Público, ressalta também que o atendimento em rede é ineficiente. Segundo ele, a vítima chega a ser ouvida até nove vezes sobre o abuso, porque conselhos tutelares, polícia, Justiça, hospitais e escolas não conseguem trabalhar em conjunto.

“A criança é revitimizada toda vez que fala sobre o abuso. É preciso qualificar os serviços de atendimento em rede”, diz.

O governo admite falhas no combate à violência sexual. “O plano estadual está totalmente defasado, mas, para ser refeito, é preciso que as cidades identifiquem as características locais da violência sexual. Por isso, será

lançado, no fim do ano, um guia para orientar o trabalho dos municípios”, explicou a responsável pela Coordenadoria Estadual de Ação Social, Tânia Cristina Messias Rocha.

Os planos municipais devem ter como objetivo a divulgação da prevenção, o incentivo da denúncia e a criação de uma rede de atendimento às vítimas.

## Plano parado há oito meses

► Na capital, o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi lançado em setembro do ano passado. Porém, na prática, ainda não foi implementado. Há oito meses, ele

aguarda a aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

“O plano foi feito, mas não foi implementado. É preciso ser publicado para virar uma prioridade do governo”, diz a presi-

dente da Agência de Cooperação Social Farol e integrante da comissão que elaborou o plano, Glória Maria Motta Lara.

O projeto de combate ao abuso e à exploração sexual prevê, entre outras metas, a capa-

ciação de profissionais de atendimento, articulação da rede, campanhas educativas e prevenção. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social negou que o plano esteja parado. E informou que a aprovação deve sair ainda em junho. A presidente do CMDCA, Elaine Ramos, não foi localizada.